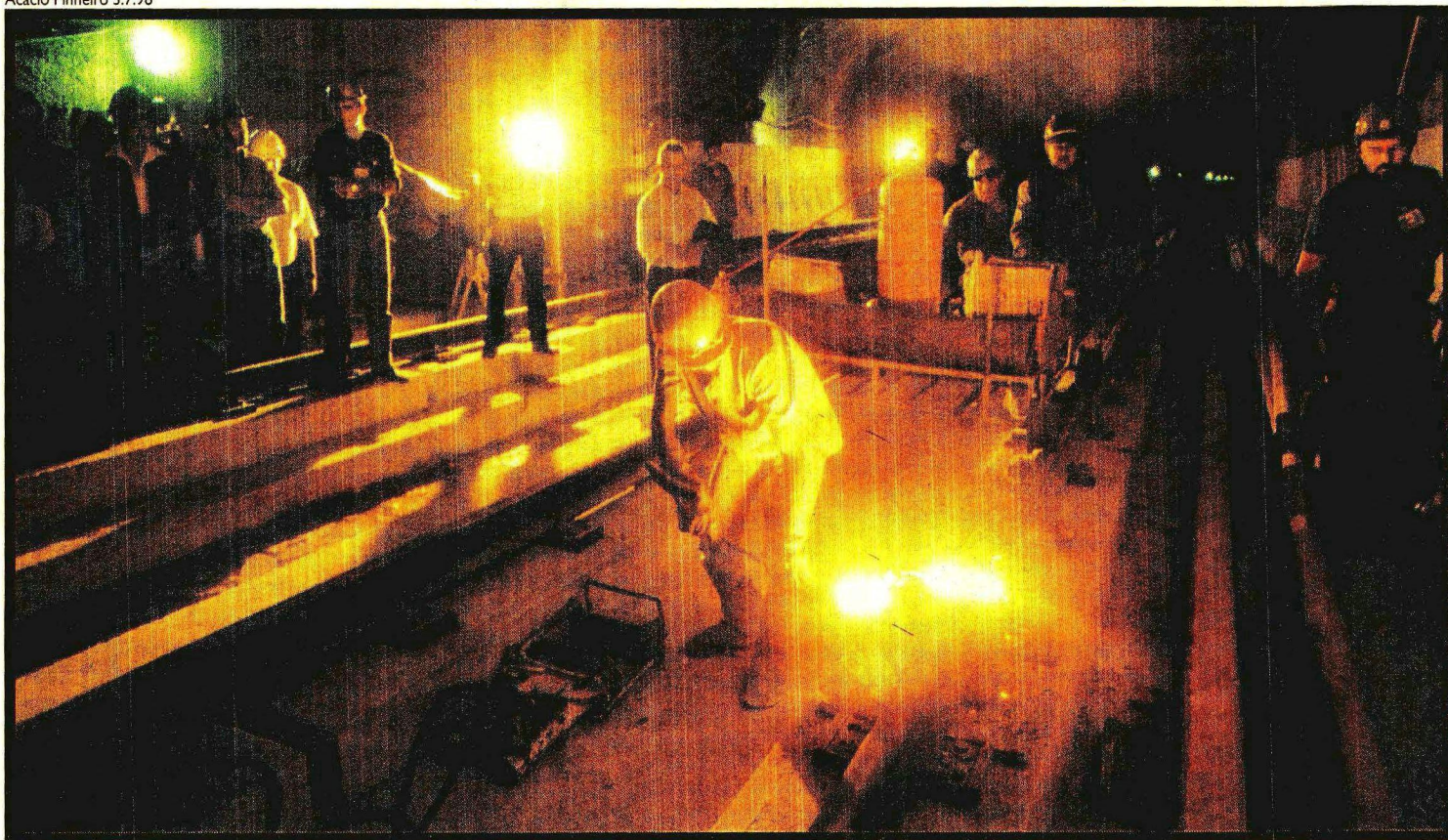


ÚLTIMAS

METRÔ DO DF

TCU constata irregularidades na execução do projeto. Presidente da Comissão Mista de Orçamento não garante liberação de recursos

Acácio Pinheiro 3.7.98



OBRA DO METRÔ DE BRASÍLIA É UMA DAS QUE MAIS CONSOMEM DINHEIRO NO PAÍS, MAS AINDA NÃO FOI CONCLUÍDA, EMBORA INICIADA HÁ OITO ANOS

Obra poderá ficar sem verba federal em 2001

Ana Maria Campos
Com Agência Estado

O metrô do Distrito Federal pode ficar sem recursos federais em 2001. O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, em sessão realizada ontem, o relatório final de auditoria realizada na obra, incluída na lista das construções que mais consomem dinheiro público e nunca chegam ao fim. Os ministros seguiram o voto do relator, Adylson Motta, que determinou diversas providências para a correção de falhas. Agora, cabe à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional decidir se mantém ou não o metrô na relação de obras vetadas.

O ministro-relator informou que não foram encontradas irregularidades graves, mas apenas falhas. O presidente da Comissão Mista do Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), afirmou, entretanto, que continuam na "geladeira" obras que o TCU não tenha livrado expressamente de qualquer problema. O procurador do Ministério Público no TCU, Lucas Furtado, disse que não foram encontrados casos de "infrações legais". Ele enfatizou que a decisão final sobre o repasse ou não

de verbas federais para o metrô em 2001 é do Congresso.

Apesar da obra figurar na lista do TCU, com indícios de irregularidades, a bancada de parlamentares de Brasília apresentou uma proposta de emenda, no valor de R\$ 54 milhões, para a conclusão do metrô. Iniciada em 1992, a obra deveria ter sido concluída em janeiro de 1995 a um custo de US\$ 692 milhões, mas oito anos depois já consumiu US\$ 1,32 bilhão e ainda não está em operação.

CRÍTICAS

Os parlamentares do DF decidiram encaminhar o pedido de recursos à Comissão Mista de Orçamento porque receberam do secretário de Infra-Estrutura e Obras, Tadeu Filippelli, a garantia de que não havia nenhuma irregularidade que impedisse o repasse de recursos da União. O próprio Filippelli esteve várias vezes no TCU para conversar com ministros sobre as dúvidas dos auditores da 7ª Secretaria de Controle Externo (Secex).

Os técnicos detectaram indícios de duas irregularidades graves. Estranharam a ausência de uma justificativa de preço de duas parcelas mensais de R\$ 523

mil e R\$ 534 mil pagas à Alstom Transportes do Brasil S/A, referentes à conservação de trilhos e da estrutura dos trens. A empresa é a mesma que fabricou os trens do metrô. O serviço foi contratado sem licitação. Criticaram ainda a liberação de mais duas parcelas de R\$ 227,5 mil e R\$ 564,9 mil, também referentes a pagamentos feitos à Alstom.

Na decisão de ontem, o TCU determinou à Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes que destine recursos, prioritariamente, apenas para a conclusão de trechos do metrô. Recomendou também que o ministério controle a contabilidade da obra para evitar casos de custos sem justificativa técnica.

Entre as determinações do ministro-relator aprovadas também está a de que a Coordenadoria Especial do Metrô do DF apresente justificativa de preço na contratação de serviço sem licitação. Além disso, ela precisará incluir no relatório trimestral de acompanhamento da obra um capítulo específico indicando os custos com manutenção e conservação. Deverá ainda revisar periodicamente os preços dos serviços contratados para garantir que estejam de acordo com os praticados no mercado.

ALGUMAS DETERMINAÇÕES DO TCU

PARA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL:

■ Para contratar serviços terá de justificar o preço quando dispensar licitações.

■ Terá de detalhar, em relatório, todos os custos com manutenção e conservação e alterações contratuais.

■ Revisar periodicamente os custos para garantir os preços praticados no mercado.

PARA O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES:

■ Destinar recursos prioritariamente apenas para a conclusão das obras.

■ Terá de acompanhar a compatibilidade dos custos dos serviços em relação aos preços de mercado.